

Gestão ativa da Floresta Portuguesa pode ter impacto enorme na economia nacional

22 de Fevereiro, 2023

O estudo “Perspetivas para a valorização da Floresta Portuguesa”, realizado pela consultora Boston Consulting Group (BCG), revelou que a gestão ativa da Floresta Portuguesa pode ter um impacto de mais de 500 milhões de euros por ano na economia.

Mas esse resultado só pode ser alcançado se os agentes públicos e privados agirem de forma rápida na definição e na concretização de uma visão mais produtiva e sustentável dos espaços florestais nacionais.

Segundo o estudo, esta concretização permitirá ainda gerar mais de 16.500 postos de trabalho e aumentar a absorção de carbono em 200 quilotoneladas de CO² por ano.

Caso não haja um reforço na gestão dos recursos florestais e uma articulação de incentivos que mobilizem as instituições e os proprietários, o estudo do BCG projeta exatamente o oposto.

“O ciclo vicioso poderá gerar a libertação de 50 milhões de toneladas de CO² para a atmosfera em incêndios e a perda de 12.500 postos de trabalho e de cerca de 350 milhões de euros de PIB por ano”, perspetiva o BCG, num comunicado enviado à imprensa.

Os dados presentes nas “Perspetivas para a valorização da Floresta Portuguesa” permitiram fazer um levantamento relevante do contributo dos espaços florestais nacionais para a sociedade portuguesa.

14% da população nacional vive em zonas rurais. Esta percentagem representa um valor social significativo nos espaços florestais arborizados, matos e pastagens, que equivalem a 70% do território nacional.

Igualmente, as Florestas Portuguesas são responsáveis pela absorção de 4% das emissões de CO², para além de contribuírem para a regularização dos recursos hídricos e da biodiversidade.

Em questões económicas, geram cerca de 4 mil milhões de euros por ano para a economia nacional.

“A ambição para a Floresta Portuguesa tem de passar por equilibrar os objetivos de produção e conservação, com fileiras integradas, alicerçadas em soluções baseadas nos recursos naturais, criando valor económico, social e ambiental”, afirma Pedro Pereira, Managing Director e Partner da BCG.

O responsável acredita que, “se for reconhecida a importância estrutural da Floresta e for construído um compromisso comum (público e privado) para o seu

desenvolvimento sustentado, Portugal terá capacidade para definir uma estratégia concertada e mobilizar eficientemente os recursos que ela exige”.

As conclusões do estudo notam, por isso, a necessidade de “convergência entre os vários ‘stakeholders’ no que diz respeito aos desafios atuais e à ambição a longo prazo”.

Em 2017, registou-se um crescimento do investimento na gestão destes recursos florestais, aquando dos episódios dos grandes incêndios, que deram início a uma «Reforma da Floresta» e à execução do Programa Nacional de Ação para a gestão integrada dos fogos rurais.

Ainda assim, “e apesar da aprovação dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal”, “a par de outras iniciativas destinadas à agregação do minifúndio”, existe um conjunto de ações essenciais por concretizar, pode ler-se no comunicado acerca do estudo.

Segundo a análise do BCG, os três principais desafios na gestão do território são “o impacto da adaptação climática, o despovoamento e abandono das terras, e a estrutura desadequada da propriedade”.

Estes fenómenos, por sua vez, representam três riscos sistémicos para a sustentabilidade da Floresta, nomeadamente a diminuição da área arborizada e da sua produtividade, o que gera um aumento nas importações, e o subaproveitamento e a degradação do potencial económico florestal.

Para evitar a degradação das condições de exploração, reduzir os elevados riscos identificados e potenciar o valor da Floresta, o estudo aponta como “necessário e urgente” estruturar um roteiro de iniciativas coerentes com uma perspetiva de longo prazo, articulando as iniciativas das políticas fiscais, industriais, do ambiente, da agricultura e da pecuária.